

Dando cumprimento aos preceitos legais e estatutários, vem o Conselho de Administração da **Médís - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.** submeter à apreciação da Assembleia Geral o Relatório e Contas referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

## **1. ENQUADRAMENTO GERAL DA ACTIVIDADE**

### **ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO**

#### **Avaliação Global**

A economia mundial atravessou nos últimos 2 anos um dos períodos mais conturbados desde a Grande Depressão dos anos 30, com consequências devastadoras na actividade produtiva e no emprego. Decorrente das políticas públicas de suporte à actividade económica e aos sistemas financeiros, ao longo do segundo semestre de 2009 surgiram os primeiros indícios de estabilização da actividade económica. Porém, devido à extensão dos danos causados anteriormente, esta recuperação poderá ser insuficiente para evitar o registo da primeira recessão económica mundial de há várias décadas.

Apesar de mais positivo, o cenário para a economia mundial em 2010 ainda encerra vários desafios. A transição do apoio das políticas públicas para o suporte do sector privado está sujeita a riscos. A solidez das finanças públicas, como elemento fundamental de confiança no Estado, e o compromisso de estabilidade de preços a prazo, crucial para as decisões de investimento, representam limites naturais a novos estímulos. Por outro lado, a alteração na preferência das famílias e na estratégia das empresas, com uma orientação marcadamente mais conservadora, deixa antever um processo de retoma mais lento do que noutros períodos de inversão do ciclo económico. Também, não é despendienciada a incerteza com a oportunidade, forma e reacção à provável remoção das medidas de estímulo à actividade.

A economia portuguesa foi igualmente afectada pela crise global. Estima-se uma queda do produto interno bruto de cerca de 3% em termos reais em 2009 e, para 2010, projecta-se uma expansão muito limitada. As necessidades elevadas de financiamento a par com problemas crónicos de competitividade perduram como factores de risco relevantes.

Pese embora alguma recuperação no clima de confiança, o funcionamento regular dos mercados financeiros foi apenas parcialmente reposto, designadamente nos mercados interbancários, e o ciclo do crédito não se perfila favorável, decorrente dos fracos volumes de negócio e da deterioração na qualidade do crédito. Este enquadramento exigente para as instituições financeiras portuguesas, a par com uma posição globalmente deficitária nos mercados de capitais internacionais, impõe uma avaliação rigorosa dos riscos de liquidez e da utilização do capital, compele à persecução de ganhos de eficiência, e enfatiza a defesa de resultados, fundamental para o reforço da solvabilidade das instituições.

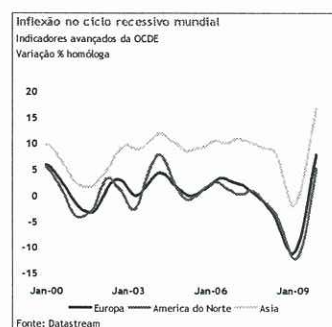
1020  
P. 2 P

Em virtude do aparente sucesso das políticas públicas em evitar a derrocada económica e social que começava a materializar-se, os indicadores económicos mais recentes sinalizam uma inflexão no ciclo recessivo mundial. As políticas de incentivo à despesa permitiram o escoamento das existências acumuladas, com repercussão evidente na reanimação da actividade produtiva e no comércio mundial.

### **Inflexão no ciclo recessivo mundial**

Indicadores avançados da OCDE

Variação % homóloga



### **Retoma económica diferenciada em função do impacto da crise na condição financeira dos países**

Esta alteração no curso da actividade tem conduzido à revisão dos cenários de crescimento económico para 2010 em sentido positivo. Em contrapartida acrescentou pesados encargos às finanças públicas. A confrontação com os limites razoáveis das políticas públicas sugere que a sustentação da retoma económica dependerá da capacidade da iniciativa privada em assumir-se como principal impulsionador do crescimento, fenómeno que se apresenta mais provável nos países onde a condição financeira das famílias e das empresas revela maior solidez.

As economias europeias foram particularmente afectadas nesta recessão mundial. São vários os países e instituições financeiras que, devido à prossecução de modelos de desenvolvimento e de negócio apartados dos fundamentais económicos, atravessam actualmente um período penoso de ajustamento.

### **Riscos ainda relevantes para a materialização dos cenários de crescimento**

A fase mais pungente da crise parece ter passado, mas persistem riscos relevantes para o futuro próximo. De entre estes destaca-se um retrocesso da actividade económica, pela deficiente transição do impulso público para a iniciativa privada e pelo esgotamento dos efeitos temporários em acção. Este risco é superior nos países com níveis de endividamento mais elevados, com menor autonomia da procura interna e com maior vulnerabilidade às condições financeiras externas, factores que tendem a actuar, e a reforçar-se, em simultâneo.

Num sentido diferente, o dinamismo das economias emergentes, algumas com insuficiências relevantes em termos de acesso a recursos naturais, poderá renovar as tensões sobre os mercados de matérias primas e, por conseguinte, interferir nos processos de

BD  
P. 1. 1



recuperação de países que se encontrem mais atrasados no ciclo económico, designadamente naqueles com maior dependência de recursos primários do exterior.

Por último, as dificuldades económicas, financeiras e sociais presentes na generalidade dos países constituem um terreno fértil para o exacerbar de comportamentos proteccionistas, apesar da oposição institucional em sede de G20. Num cenário de fraco crescimento e de pressão social latente não se poderá ignorar o risco de práticas de protecção dos constituintes locais em prejuízo de processos de abertura comercial e da ajuda a países financeiramente mais debilitados.

### **Redução do risco deflacionista, mas pressões inflacionistas ainda moderadas**

A taxa de inflação nas principais economias encontra-se em valores historicamente baixos devido à conjunção de efeitos estatísticos de base, relacionados com o comportamento do preço dos combustíveis e com a disponibilidade de recursos produtivos. Os níveis de utilização de capacidade instalada, apesar de terem evidenciado alguma recuperação nos últimos meses, continuam deprimidos. As taxas de desemprego subiram expressivamente na generalidade dos países, não obstante as medidas públicas de defesa e de incentivo ao emprego.

### **Aumento exponencial do desemprego**

Taxas de desemprego  
% população activa



Por estes motivos, as pressões subjacentes sobre os preços deverão permanecer moderadas.

### **Portugal menos afectado pela crise, mas com potencial de recuperação limitado**

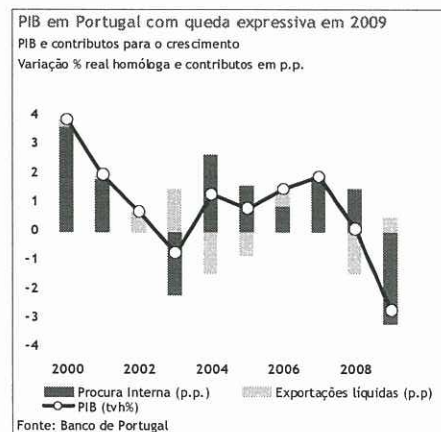
A economia portuguesa foi afectada pela crise global, estimando-se uma queda do produto interno bruto de cerca de 3% em termos reais em 2009, decorrente da contracção da despesa em investimento, privado e público, e das exportações. Para 2010, no pressuposto de evolução económica mais favorável para os principais parceiros comerciais, projecta-se uma expansão muito moderada do produto. O crescimento potencial afigura-se condicionado, na ausência de reformas estruturantes de impacto relativamente célere.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## PIB em Portugal com queda expressiva em 2009

PIB e contributos para o crescimento

Variação % real homóloga e contributos em p.p.



O consumo privado abrandou significativamente mas a redução das taxas de juro para níveis anormalmente baixos e o processo desinflationista intenso contribuíram para mitigar o impacto da quebra de emprego nas finanças familiares. Não obstante, as restrições orçamentais, efectivas ou esperadas, manifestaram-se na alteração da preferência dos consumidores, mais selectivos na realização de despesa, designadamente nas aquisições de maior valor. A taxa de desemprego subiu para perto de 10%, um dos valores mais elevados do passado recente, a par com um aumento do desemprego estrutural. Os níveis mais elevados do desemprego verificam-se nos estratos da população com níveis de qualificação mais baixos e nos jovens à procura de primeiro emprego, reflexo da reduzida flexibilidade que prevalece no mercado de trabalho. A taxa de inflação em 2009 foi negativa (-0.8%), a menor variação anual dos preços desde a década de 60. A decomposição da inflação revela a influência do preço da energia neste processo. Para 2010, projecta-se um comportamento menos positivo deste agregado muito embora o efeito final deva ser mitigado pela evolução moderada dos preços de outros itens.

## Clima de confiança prejudicado pelo desemprego

Índice de confiança das famílias e taxa de desemprego

Em valor-índice e em % da população activa



*Handwritten signature and initials in blue ink.*



A redução intensa da procura interna reflectiu-se numa retracção pronunciada das importações, razão pela qual, não obstante o enquadramento muito adverso nos principais mercados de destino dos produtos e serviços portugueses, o contributo da procura externa líquida para o crescimento do PIB foi positivo em 2009. A ligeira recuperação da poupança privada, conjugada com termos de troca mais favoráveis, quando comparado com o ano de

2008, proporcionou uma redução do défice externo. Porém, este mantém valores muito elevados e evidencia elementos de alguma rigidez, decorrente do défice energético e da acumulação do endividamento nos últimos anos. Nestes factores, não se perfilam alterações favoráveis em 2010. Deste modo, a mera redução do défice comercial (excluindo bens energéticos) poderá revelar-se insuficiente para se conseguir um maior equilíbrio das contas externas. Impõe-se o passo suplementar de evoluir para uma situação excedentária nas rubricas não energéticas, mas tal, decerto, exigiria uma profunda alteração dos hábitos de despesa (consumo e investimento) que prevaleceram nos últimos anos, para além da desejada redução dos custos relativos.

A intervenção do Estado, em sintonia com os programas comunitários e ditada pelo curso da actividade económica, deixa um legado de finanças públicas debilitadas que limita as opções de política económica para os próximos anos. Uma vez que a reposição de valores mais baixos para o défice público dificilmente será conseguida com o efeito cíclico em reverso e tendo em conta a orientação do governo para investimento público de infra-estruturas será provável que seja necessário a adopção de medidas compensatórias noutras rubricas, por via de revisão de parâmetros fiscais, dos critérios para a atribuição de subsídios, para além de novo empenho em medidas de racionalização das despesas de funcionamento e no combate à evasão fiscal.

## ENQUADRAMENTO DO SECTOR SEGURADOR

O volume de prémios de seguro directo e contratos de investimento do mercado português apresentou em 2009 um decréscimo face ao ano anterior, condicionado por uma conjuntura macro-económica de recessão, quer a nível internacional quer a nível nacional, nomeadamente pelo fraco dinamismo de agregados como o consumo privado, o investimento, o rendimento e o emprego, bem como, por uma intensa concorrência entre os operadores deste sector de actividade. De facto, o mercado segurador decresceu em 2009 cerca de 5% tendo atingindo cerca de 14,6 mil milhões de euros, o equivalente a 8,8% do PIB português. Este rácio, em relação ao PIB, que exprime a penetração do seguro na economia, manteve um nível elevado (9,2% em 2008).

### Prémios de Seguro Directo e Contratos de Investimento - Actividade em Portugal (Milhões de euros)

Ramos	2009	2008	2007	2006	Var. 09/08	Var. 08/07	Var. 07/06
Vida	10.427,0	11.004,7	9.369,3	8.761,5	-5,2%	17,5%	6,9%
Não-Vida	4.131,6	4.321,0	4.381,6	4.361,3	-4,4%	-1,4%	0,5%
<b>Total</b>	<b>14.558,6</b>	<b>15.325,8</b>	<b>13.750,9</b>	<b>13.122,9</b>	<b>-5,0%</b>	<b>11,5%</b>	<b>4,8%</b>

Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores.

1.7.1



A quebra do volume de negócios do sector segurador foi, em grande parte, condicionado pela retracção de cerca de 5% do ramo Vida, cujos prémios atingiram cerca de 10,4 mil milhões de euros. A razão para este quadro evolutivo em Vida decorre da *performance* do seu principal segmento, os produtos de Capitalização, cujos prémios e contribuições diminuíram 16,5%, para perto de 6,3 mil milhões de euros.

Nos ramos Não Vida, muito por influência do comportamento geral da economia e eventualmente de alguns ajustamentos tarifários, a *performance* global de 2009 foi também de retracção do volume de prémios pelo segundo ano consecutivo. Os prémios cifraram-se em cerca de 4,1 mil milhões de euros, o que representa um decréscimo de mais de 4% face a 2008. Este comportamento, transversal a praticamente todos os ramos, continuou a ser fortemente influenciado pela queda dos prémios dos ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho, segmentos mais penalizados pela conjuntura macro-económica e pela forte concorrência do sector segurador. Refira-se, no entanto, que alguns segmentos dos ramos Não Vida apresentam crescimentos positivos, como é o caso dos ramos de Doença e de Incêndio e Outros Danos, representando o peso de ambos cerca de 30% do total de Não Vida.

Relativamente aos custos com sinistros de seguro directo dos ramos Não Vida, regista-se no terceiro trimestre do ano, um crescimento de cerca de 3,7%, fruto de uma aceleração dos montantes pagos e de um decréscimo da variação da provisão para sinistros.

Ambos os factores, a quebra na receita e aumento do custo com sinistros, tiveram o correspondente impacto na taxa de sinistralidade líquida de resseguro, do segmento Não Vida com um agravamento de 7,1 pontos percentuais até Setembro de 2009.

No ano de 2009, embora o grau de concentração no mercado segurador nacional se mantenha elevado, diminuiu face ao ano anterior, invertendo uma tendência de reforço que já se registava há alguns anos. Os cinco maiores grupos seguradores foram responsáveis por cerca de 70% dos prémios emitidos em 2009, o que compara com 74% em 2008.

Não obstante a estagnação da actividade económica que se tem verificado, podemos afirmar que o sector segurador assenta num modelo sólido e robusto, estando a ultrapassar esta exigente conjuntura sem apoio financeiro por parte do Estado, sem casos de insolvência e mantendo um rácio de solvência muito acima dos 100% exigidos.

### **Análise dos Ramos Não Vida**

O volume de prémios de seguro directo dos ramos Não Vida registaram em 2009 um decréscimo de 4,4% face a 2008. Este comportamento resulta essencialmente da recessão verificada em 2009 e vem reforçar a tendência que já se tinha feito sentir em 2008, em que se tinha registado um crescimento nominal negativo (1,4%).

1.7.17



### Prémios de Seguro Directo - Actividade em Portugal (Milhões de euros)

Ramos	2009	2008	2007	2006	Var. 09/08	Var. 08/07	Var. 07/06
Automóvel	1.665,6	1.809,7	1.943,9	2.004,1	-8,0%	-6,9%	-3,0%
Incêndio	744,3	732,2	705,9	688,9	1,7%	3,7%	2,5%
Acidentes de Trabalho	673,7	741,1	762,5	773,6	-9,1%	-2,8%	-1,4%
Doença	499,7	482,8	440,5	408,4	3,5%	9,6%	7,8%
Ac. Pessoais	180,0	172,3	169,2	168,3	4,5%	1,8%	0,5%
Outros Ramos	368,3	382,9	359,6	317,9	-3,8%	6,5%	13,1%
<b>Total</b>	<b>4.131,6</b>	<b>4.321,0</b>	<b>4.381,6</b>	<b>4.361,3</b>	<b>-4,4%</b>	<b>-1,4%</b>	<b>0,5%</b>

Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores.

No segmento Não Vida, manteve-se a tendência de decréscimo dos prémios de seguro directo do maior ramo – Automóvel – agora na ordem dos 8%, reflectindo a continua diminuição do prémio médio cobrado aos Clientes e a redução das vendas no sector automóvel.

Nos seguros de Acidentes de Trabalho acentuou-se a descida de prémios (-9,1%), que já se vem verificando desde 2007, em grande parte reflexo da diminuição da actividade económica. O peso relativo deste ramo no total de Não Vida continuou a diminuir tendo sido ultrapassado em 2009 pelo ramo de Incêndio que registou um ligeiro acréscimo, devido sobretudo à boa *performance* verificada nos produtos de Riscos Múltiplos.

Continuou a destacar-se pela positiva a dinâmica do ramo Doença com um crescimento de prémios de cerca de 3,5%. É uma evolução que se enquadra numa tendência que tem caracterizado os últimos anos e que decorre da crescente preocupação da população com o acesso aos cuidados de saúde e pela versatilidade, abrangência e acessibilidade deste tipo de seguros, que constituem cada vez mais uma séria alternativa aos serviços prestados pelos sistemas de saúde públicos.

Relativamente aos custos com sinistros líquidos de resseguro, verificou-se um aumento de 4% no terceiro trimestre de 2009, face a igual período do ano anterior.

### Taxas de sinistralidade

Ramos	Jan-Set 2009	Jan-Set 2008	Jan-Set 2007	Jan-Set 2006	2008	2007	2006
Acidentes	75,9%	75,3%	72,4%	67,9%	77,7%	77,2%	77,8%
Doença	82,5%	75,6%	77,4%	77,7%	83,7%	82,8%	84,4%
Incêndio	58,8%	51,1%	46,9%	46,7%	53,3%	46,9%	52,0%
Automóvel	80,1%	70,5%	70,8%	69,5%	69,4%	70,6%	69,3%
Outros Ramos	73,8%	59,2%	58,5%	54,4%	66,7%	57,5%	71,6%
<b>Não Vida</b>	<b>76,4%</b>	<b>69,3%</b>	<b>68,7%</b>	<b>66,9%</b>	<b>70,9%</b>	<b>70,1%</b>	<b>71,0%</b>

Nota: Taxas calculadas sobre prémios emitidos. Os custos com sinistros incluem montantes pagos, variação da provisão p/sinistros e custos de gestão imputados. As taxas apresentadas são líquidas de efeito de resseguro.

Este agravamento é visível em vários ramos, mas mais evidente nos de maior peso, nomeadamente no ramo de Incêndio e no seguro de Doença, com natural reflexo no agravamento das taxas de sinistralidade.

Handwritten signature and initials in blue ink.



## 2. SÍNTESE GLOBAL DA ACTIVIDADE

Em 2009 a Médís prosseguiu o objectivo estratégico de crescer sustentadamente em número de pessoas seguras assegurando a rentabilidade do negócio. Em simultâneo cimentou a sua representatividade junto da rede de prestadores, fechando acordos com os novos *players* que surgiram no mercado, garantindo a dimensão e qualidade da sua rede de prestadores - uma mais-valia determinante junto do mercado.

Cumprido o exercício, a Médís readquiriu o volume de pessoas seguras a que se tinha proposto desde a venda de parte da carteira em 2005, sendo de realçar:

- Um crescimento de 16,7% dos Seguros Médís da Millenniumbcp Fortis (o ramo doença na globalidade cresceu 3,5%), que ganhou 1,4pp de quota de mercado e encurtou a distância para o líder de mercado que perdeu 1,5 pp;
- 430.000 pessoas seguras sob gestão no final do exercício, sendo já visível o peso dos novos canais de distribuição – por exemplo, a Rede de mediação Agentes & Corretores, especialmente dedicada ao sector das PME's, representa já 11% do portfolio de pessoas seguras (49.109 pessoas seguras). O Millennium bcp continua a ser o canal mais representativo, atraindo cerca de 47.000 novas pessoas seguras;
- O enfoque na rentabilidade do negócio, tendo encerrado o exercício em análise com um resultado líquido de 1,3 milhões de euros;
- a Médís continua a dispor da mais extensa, capilar e completa rede de prestadores de cuidados de saúde em Portugal, com cobertura em todo o território continental e regiões autónomas, além de ter acordos com hospitais e clínicas em Espanha, que funcionam como integrados na rede nacional;
- A aposta num serviço de excelência – as conclusões do estudo da marca, solicitado pela Médís à Nielsen Company<sup>1</sup> e que abrangeu o mercado potencial, os Clientes e ex-Clientes, os Distribuidores e os Prestadores de Cuidados de Saúde, indicou que a Médís é a líder percebida do mercado, com índices de satisfação e de recomendação de excelência, provenientes de todos *stakeholders*.

### PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DE 2009

2009 foi um ano particularmente activo, no qual a Médís reforçou a sua proposta de valor, sendo de destacar:

- A renovação do *look & feel* e funcionalidades do site Médís na parte destinada ao público em geral;
- Uma atenção particular ao segmento mais jovem através do lançamento de uma marca e site especialmente destinado às crianças – o Médís Kids;
- A manutenção de uma relação de proximidade com a sua Rede de Prestadores, do que é exemplo o *IV encontro dos Médicos Assistentes Médís*;
- Na componente de responsabilidade social, o lançamento de um Prémio monetário – o Prémio Médís - para incentivar a investigação científica;

<sup>1</sup> A Nielsen é líder global da prestação de serviços de informação sobre estudos de marketing, sistemas e ferramentas analíticas e Client services profissionais que ajudam os clientes a vencer no mercado. Os seus clientes incluem praticamente todos os principais fabricantes e retalhistas mundiais de produtos de consumo embalados, assim como empresas que comercializam muitos outros tipos de produtos de consumo e serviços.

*DM*  
*P. Y Z*





- O lançamento de uma campanha de media, cujo filme atingiu níveis de notoriedade assinaláveis, tendo sido 3º no ranking de recordação comprovada de televisão (seguros), permitindo à marca Médís entrar num universo até agora destinado a operadoras telefónicas, que investem fortemente em media (dados Publivaga);
- 2009 ficou ainda assinalado como o ano em que a Médís foi distinguida pela 4ª vez como Superbrand e 2ª como Marca de Confiança, o que comprova a notoriedade da marca;
- A reconhecida atractividade da proposta de valor da Médís, proporcionou o concretizar de parcerias – em 2009 foi efectuado mais um acordo com um novo *player* do mercado, a Liberty Seguros - e estimulou oportunidades de venda cruzada: o volume global de negócio atingido pelas parcerias Médís e directo foi de 28,7 milhões de euros;
- Serviço de excelência: melhoria dos níveis de serviço, com desempenhos superiores aos dos exercícios anteriores.

## ANÁLISE FINANCEIRA

Os **prémios brutos** emitidos atingiram em 2009 um volume de 119.778 milhares de euros, uma variação positiva de 16,7% comparativamente com o ano anterior, significativamente superior ao mercado, que cresceu cerca de 3,8% no ramo Doença. O crescimento da carteira *core* da Médís permitiu consolidar a segunda posição no ramo.

Por seu lado, os **custos líquidos com sinistros**, cifraram-se em 90.202 milhares de euros, um crescimento de 23,0% face ao ano anterior e evidenciando um acréscimo de 4,2 pontos percentuais na taxa de sinistralidade face ao ano 2008, situando-se em 75,9% ainda assim bastante abaixo do mercado.

O **resultado técnico** totalizou 1.756 milhares de euros, uma diminuição de 1.815 milhares de euros face ao exercício anterior e um rácio de 1,5% sobre os prémios brutos emitidos. O principal factor para a diminuição do resultado técnico foi o facto de as indemnizações líquidas de resseguro cresceram 16.874 milhares de euros, enquanto que os prémios líquidos adquiridos cresceram 16.403 milhares de euros.

Os **gastos administrativos** situaram-se nos 7.732 milhares de euros. Tal representa um acréscimo de 2,5% face a 2008.

Face à deterioração do resultado técnico e ao ligeiro crescimento dos custos administrativos, o **resultado antes de impostos** da Médís decresceu face ao exercício anterior, ficando nos 2.001 milhares de euros.

O **resultado líquido** após impostos cifrou-se em 1.282 milhares de euros.

O **rácio combinado** situou-se nos 94,9%, uma deterioração de 1,7 pontos percentuais face a 2008, como resultado do crescimento da taxa de sinistralidade bruta.

O **activo líquido** da Médís cifrou-se em 66.136 milhares de euros e o **capital próprio** em 29.993 milhares de euros, uma taxa de crescimento negativa de 2,9% face ao exercício anterior, explicada essencialmente por uma diminuição nos Resultados Líquidos. A

*Handwritten signature and initials in blue ink.*



cobertura do activo pelos capitais próprios cifrou-se em 45,4%. O **rácio de solvência** situou-se em 148%, no entanto, em 2009 não será efectuada distribuição de dividendos, reforçando-se os capitais próprios da companhia para os desafios futuros.

### 3. CORPORATE GOVERNANCE

A Millenniumbcp Fortis é um Grupo segurador detido pela Fortis e pelo Millennium bcp. Para além do cumprimento das leis e regulamentos, a garantia do cumprimento das recomendações e boas regras de governo das sociedades é uma preocupação da Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador. A Médias – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S. A. é uma subsidiária detida a 100% pela Millenniumbcp Fortis.

#### **ÓRGÃOS SOCIAIS**

##### **Assembleia Geral**

À Assembleia Geral, além do disposto na lei, compete, em especial, eleger a Mesa da Assembleia Geral, os membros do Conselho de Administração, os membros do Conselho Fiscal ou o Fiscal Único e o Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, designar um Conselho de Auditoria e fixar as remunerações dos membros dos órgãos sociais e bem como os respectivos esquemas de Segurança Social e de outras prestações complementares.

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-presidente e um secretário, eleitos por três anos e reelegíveis por uma ou mais vezes.

##### **Administração e Fiscalização**

A estrutura de administração e de fiscalização adoptada inclui um Conselho de Administração, com delegação da gestão corrente numa Comissão Executiva, um Conselho Fiscal e de um Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não seja membro do Conselho Fiscal.

##### Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por um máximo de oito membros, eleitos pela Assembleia Geral, por um período de três anos e reelegíveis uma ou mais vezes, que designam, de entre os seus membros, os respectivos Presidente e Vice-Presidente. O Conselho de Administração reúne sempre que convocado pelo seu Presidente ou por outros dois administradores e, no mínimo, uma vez em cada três meses.

Em 31 de Dezembro de 2009, o Conselho de Administração era constituído por um Presidente (Dr. Bart Karel August De Smet), um Vice-Presidente (Dr. Nelson Ricardo Bessa Machado) e por cinco Vogais (Dr. Stefan Georges Leon Braekeveldt, Dr. Martin Nanno Kok, Dr. Francisco Alexandre Robles Monteiro Lino, Dr. Jan Adriaan de Pooter, Dr. Michel Edmond Joseph Ghislain Baise e Dr. Fernando Manuel Nobre de Carvalho).

P. 7





## Comissão Executiva

A Comissão Executiva, constituída nos termos da lei, integra um máximo de cinco membros que inscrevem a sua actuação nos limites da delegação, e modo de funcionamento fixados em deliberação do Conselho de Administração. Os estatutos prevêem as matérias que o Conselho de Administração não pode delegar.

Actualmente, a Comissão Executiva é composta pelos administradores, Senhores Dr. Francisco Alexandre Robles Monteiro Lino, que exerce o cargo de Presidente (CEO), Dr. Jan Adriaan de Pooter (*Deputy CEO*), Dr. Michel Edmond Joseph Ghislain Baise (CFO) e Dr. Fernando Manuel Nobre de Carvalho.

Por deliberação do Conselho de Administração a distribuição de pelouros pelos membros da Comissão Executiva é actualmente a seguinte:

Dr. Francisco Alexandre Robles Monteiro Lino (CEO) - relações institucionais (autoridades de supervisão e APS), área de Apoio Corporativo, área Jurídica, área de *Compliance*, área de Auditoria Interna e Pensõesger.

Dr. Jan Adriaan de Pooter (*Deputy CEO*) - Média, área de Organização & IT, *Back-office* dos ramos Não Vida, Plataformas técnicas dos ramos Não Vida e *Back-office* do ramo Vida (Plataforma Vida).

Dr. Michel Edmond Joseph Ghislain Baise (CFO) - área de Planeamento e Controlo, área de *Risk Management*, área de Investimentos, área Financeira, área de Actuariado, área de Resseguro.

Dr. Fernando Manuel Nobre de Carvalho - áreas Comerciais (*bancassurance*, Média e o canal "SME – Agentes & Brokers"), áreas de Suporte à Venda e *Marketing*.

## Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por três membros efectivos e um suplente, que são eleitos, pelo período de três anos, pela Assembleia Geral que também designa o respectivo Presidente. Reúne nos prazos estabelecidos na lei e extraordinariamente sempre que convocada pelo seu Presidente, pela maioria dos seus membros ou pelo Conselho de Administração.

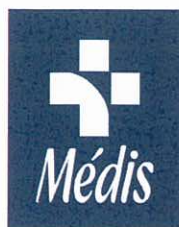
A fiscalização dos órgãos sociais poderá igualmente ser exercida por um Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro daquele órgão.

Os membros do Conselho Fiscal ou o Fiscal Único, sempre que o julguem conveniente, poderão assistir às reuniões do Conselho de Administração.

## Conselho de Auditoria

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal ou do Fiscal Único, a Assembleia Geral, nos termos do contrato de sociedade, designou um Conselho de Auditoria para a verificação das contas da sociedade e assistir o Conselho de Administração no que respeita em geral, a funções de controlo interno.

1.7.1



O Conselho de Auditoria é composto por três membros não executivos do Conselho de Administração, um dos quais será o Vice-Presidente do Conselho de Administração, que assumirá as funções de presidente do Conselho de Auditoria.

#### Secretário da Sociedade

O Conselho de Administração designa um secretário da Sociedade, bem como o respectivo suplente, com as competências previstas na lei, os quais não poderão ser membros do Conselho de Administração.

#### **Remunerações**

As remunerações dos membros dos órgãos sociais e bem assim os esquemas de Segurança Social e outras prestações complementares são fixados pela Assembleia Geral.

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização é estruturada de forma a assegurar o equilíbrio entre a *performance* anual da empresa e a contribuição dos membros daqueles órgãos para essa mesma *performance*. Esta política é materializada numa componente fixa de remuneração e na possibilidade de atribuição de uma componente variável. Estas componentes, e respectiva evolução, decorrem do grau de realização dos objectivos considerados no *Business Plan* que é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração e em critérios que consideram o desempenho individual, o real crescimento da instituição e a riqueza efectivamente criada para os accionistas, a protecção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes e beneficiários, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à actividade da instituição.

A decisão de atribuição da componente variável depende, para além do grau de cumprimento do orçamento anual, de factores relacionados com a solidez financeira da própria empresa, como sejam os níveis de solvência e de *rating*, e a própria envolvente económica e competitiva. Não está prevista a existência de planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções. O pagamento da componente variável da remuneração tem lugar após o apuramento das contas de cada exercício económico.

O montante anual de remuneração pago pela Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S. A. aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização no exercício de 2009, de forma agregada e individual, é o seguinte:

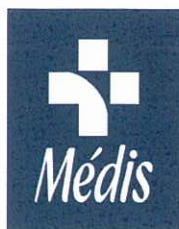
Fernando Manuel Nobre de Carvalho	60.858,00 Euros ( <i>correspondente a 4 meses de funções</i> )
Pedro Manuel Rendas Duarte Turras	195.500,00 Euros ( <i>correspondente a 8 meses de funções</i> )
Total Agregado	256.358,00 Euros

#### **Processo de Decisão Empresarial**

No quadro do processo de decisão empresarial existem vários corpos sociais, comissões específicas e unidades orgânicas que, sendo eleitas pela Assembleia Geral ou designadas pelo Conselho de Administração, coadjuvam o Conselho de Administração e a Comissão Executiva no exercício das suas funções, assegurando a segregação entre as áreas de negócio e as áreas de operações.

*[Handwritten signature and initials in blue ink]*





## Comité de Risco

Tem por função apoiar o Conselho de Administração e a Comissão Executiva na compreensão e gestão adequada dos riscos inerentes à actividade seguradora e de gestão de fundos de pensões, bem como assegurar a adequação do capital em relação aos referidos riscos e às operações no seu conjunto.

O papel e responsabilidades do Comité de Risco são fixados pela Comissão Executiva e estabelecidos nos respectivos termos de referência, os quais são periodicamente revistos pelo Comité de Risco, pelo Conselho de Administração ou pela Comissão Executiva em função de alterações dos requisitos regulamentares ou de princípios de gestão de risco.

## Chief Investment Officer

Tem por função maximizar o retorno dos investimentos no contexto das definições estratégicas relativamente à gestão de activos (ALM). É ainda responsável pela selecção dos activos que são objecto de investimento, além de fornecer informação aos níveis local e do Grupo.

## Compliance Officer

Tem por função estimular, monitorar e controlar a observação das leis, regulamentos, regras internas e padrões éticos relevantes para a integridade e, consequentemente, para a reputação da Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador.

No contexto da governação corporativa, o *Compliance Officer* visa proporcionar razoável garantia de que as Companhias e os seus Colaboradores cumprem aquelas leis, regulamentos, regras internas e padrões éticos.

Faz igualmente parte da missão do *Compliance Officer* desenvolver uma relação de confiança e compreensão com as autoridades de regulação e supervisão em matéria de *compliance*.

## Millennium bcp Serviços, ACE (Servibanca)

O Millennium bcp, ACE é um agrupamento complementar de empresas que constitui a principal estrutura de integração, optimização e racionalização de recursos informáticos, operativos, administrativos e de aprovisionamento, integrando um conjunto de unidades orgânicas que têm como missão a gestão de meios e a prestação de serviços.

## **REGRAS DE CONDUTA**

### **Código Deontológico**

Independentemente do quadro legal e regulamentar aplicável às sociedades comerciais em geral e às empresas de seguros e sociedades gestoras de fundos de pensões em particular, o

1.76



Conselho de Administração aprovou um Código Deontológico que incorpora regras de funcionamento próprias e do comportamento individual de cada um dos Colaboradores e dos membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, no exercício das respectivas funções.

O Código Deontológico sistematiza os princípios e as regras a observar nas práticas da actividade seguradora e de gestão de fundos de pensões, nomeadamente no que respeita às matérias de conflito de interesses, sigilo e incompatibilidades.

### **Procedimentos Internos para Controlo dos Riscos da Actividade**

O Conselho de Administração e a Comissão Executiva, no exercício das suas funções, são responsáveis pela definição do nível de risco a assumir, bem como pela sua gestão, sendo assessorados nessa função pelas unidades transversais que a nível do *corporate governance* contribuem para o processo de decisão empresarial.

## **4. PERSPECTIVAS PARA 2010**

A Médias irá desenvolver a sua actividade num mercado que se irá caracterizar por:

- Envelhecimento gradual da população e crescimento do número de imigrantes;
- Lenta recuperação económica, alta taxa de desemprego e contenção salarial, com consequências potencialmente negativas na contratação de seguros não obrigatórios como os seguros de saúde;
- Dinamismo do sector com a abertura e construção de novos hospitais privados, incluindo na região Norte, o que estimula o consumo dos actuais Clientes, potenciando o aumento da taxa de frequência, mas também proporciona novas adesões;
- Expectável crescimento mais lento do mercado de Seguros de Saúde.

A actividade da Médias irá assentar em assegurar a rentabilidade do Negócio, crescendo em número de pessoas seguras de forma sustentada e controlando os custo de operação. Prosseguir o processo contínuo de redimensionamento da Rede de Prestadores Médias numa perspectiva de qualidade e equilíbrio geográfico.

Para tanto, a Médias irá reforçar o crescimento nos seus canais de distribuição, explorar novas parcerias, adicionar valor ao seu produto através de soluções inovadoras e prosseguir um plano de comunicação 360º com todos os seus *stakeholders*, assente na criação de valor para o cliente e para o accionista, com o objectivo de recuperar a posição de liderança em quota de mercado, que é a sua ambição natural.

BM  
P. 9 f  
D





## 5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido de impostos da Médís Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde S.A. foi de Euros 1.282.260,69 (um milhões duzentos e oitenta e dois mil duzentos e sessenta euros e sessenta e nove centimos), considerando o que consta do relatório do Conselho de Administração e nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação:

- Euros 128.226,07 (cento e vinte e oito mil duzentos e vinte e seis euros e sete centimos) para reserva legal;
- Euros 1.154.034,62 (um milhão cento e cinquenta e quatro mil trinta e quatro euros e sessenta e dois centimos) para resultados transitados.

Lisboa, 19 de Fevereiro de 2010

O Conselho de Administração,